

# LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LAI

Lei Federal nº 12.527/11

Lei Distrital nº 4.990/12 – Decreto 34.276 de 11 de abril de 2013



**Acesso à  
Informação**

**Relatório Anual – 2018**  
**BRB – Banco de Brasília S.A.**

## 1. Apresentação

O acesso a informações produzidas e armazenadas pelo Estado é um direito fundamental do cidadão, garantido pela Constituição Federal de 1988.

No Distrito Federal, esse direito é regulamentado pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, elaborada nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011, conhecidas como Lei de Acesso à Informação – LAI.

A partir da LAI, por meio do SIC – Serviço de informação ao cidadão, disponível em nosso sítio na internet, o cidadão pode solicitar acesso a qualquer informação produzida ou custodiada pelo Estado, de acordo com os procedimentos, e prazos previstos, desde que não tenha caráter sigiloso.

Este relatório apresenta, de forma sintética, dados estatísticos dos pedidos de informações encaminhados ao BRB – Banco de Brasília, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, no ano de 2018.

## 2. Pedidos registrados no ano de 2018

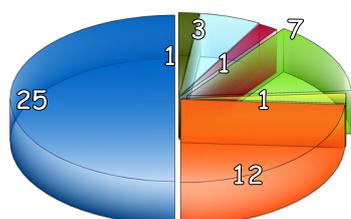
No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, o Banco de Brasília recebeu 50 pedidos de informação por meio do sistema e-SIC, além de 14 recursos, sendo todos devidamente respondidos.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO *													
2018	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	13	16	3	9	5	0	4	3	3	8	0	0	* 64

\* Nesse montante estão inclusos 14 pedidos de recurso solicitados no período

CLASSIFICAÇÃO DOS PEDIDOS		
	QUANTIDADE	%
ACESSO CONCEDIDO	25	50,00
NÃO É UM PEDIDO DE INFORMAÇÃO	12	24,00
ACESSO NEGADO	7	14,00
ÓRGÃO NÃO TEM COMPETÊNCIA	3	6,00
ACESSO PARCIALMENTE CONCEDIDO	1	2,00
INFORMAÇÃO INEXISTENTE	1	2,00
PEDIDO INEXISTENTE	1	2,00
TOTAL	50	100%

### Classificação dos pedidos



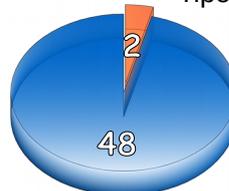
- Acesso concedido
- Não é um pedido de informação
- Pergunta duplicada
- Acesso negado
- Inexistente
- Órgão não em competência
- Pergunta duplicada

### 3. Perfil dos requerentes

#### Tipo de pessoa

	Quantidade	%
Pessoa Física	48	96,00
Pessoa Jurídica	2	4,00
TOTAL	50	100%

#### Tipo de pessoa

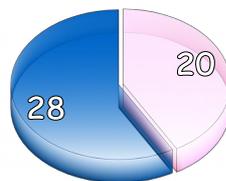


- Pessoa Física
- Pessoa Jurídica

#### Sexo

	Quantidade	%
Masculino	28	58,33
Feminino	20	41,67
TOTAL	48	100%

#### Sexo

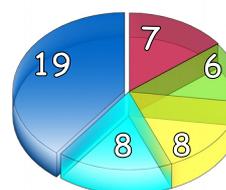


- Masculino
- Feminino

#### Escolaridade

	Quantidade	%
Pós graduação	19	39,58
Médio	8	16,67
Superior	8	16,67
Não informado	7	14,58
Mestrado/Doutorado	6	12,50
TOTAL	48	100%

#### Escolaridade



- Pós graduação
- Médio
- Superior
- Mestrado/Doutorado
- Não informado

#### 4. Recursos registrados

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, dos 14 recursos apresentados, 4 foram de 2ª instância e 1 de 3º instância (CGDF). O recurso é um direito concedido ao cidadão quando este discorda em todo ou parte da resposta dada a seu pedido original. Os recursos foram assim distribuídos.

Instância dos recursos		
	Quantidade	%
1ª instância	7	76,92
2ª instância	4	15,38
CGDF	3	7,70
TOTAL	14	100%

Justificativa do cidadão		
	Quantidade	%
Outros	5	35,71
Informação incompleta	3	21,43
Informação recebida não corresponde à solicitada	3	21,43
Ausência de justificativa legal para classificação	2	14,28
Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	7,15
TOTAL	14	100%

#### 5. Classificação de documentos

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, o Banco de Brasília S.A. não teve informação desclassificada ou classificada em grau de sigilo, nos termos da Lei Distrital de Acesso à Informação.



**Acesso à  
Informação**

**Lei Federal nº 12.527/11 – Lei Distrital nº 4.990/12  
Relatório Anual 2018 BRB – Banco de Brasília S.A.**